

UPA Fernando Franco não tem leitos

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Fernando Franco, conhecida como UPA Zona Sul, foi alvo de ação pelo Ministério Público (MP), na manhã de ontem, 9. A audiência, presidida pelo promotor Daniel Carneiro, foi provocada depois que o Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed) enviou um relatório onde várias inadequações foram diagnosticadas no local, colocando em risco a saúde dos pacientes. O laudo apontava falhas de atendimento a pacientes em estado crítico, ausência de leitos para pacientes já estabilizados na unidade e falhas na remoção dos mesmos.

Além da ausência de leitos, problemas no ar-condicionado e falta de medicamentos - inclusive da hidrocortisona, medicação muito utilizada na unidade, no setor de pediatria da UPA - também foram denunciados. "O problema do ar-condicionado foi solucionado na última segunda-feira, 8, quanto aos medicamentos, a falta deles foi provocada por atrasos dos fornecedores de medicamentos, que estão relutantes em participar do processo de licitação em virtude de débitos anteriores. Apesar disso, uma parte dessa demanda já está disponível na unidade desde o dia 26 de março. A hidrocortisona foi adquirida emergencialmente, e entregue na unidade, contudo a quantidade foi pequena, o que causou o desabastecimento momentâneo", informou a médica da unidade, Vanessa Ramos.

A médica relata ainda que não há recusa a receber pacientes em estabilização na UPA, mas há dificuldade de recebimento de pacientes críticos, com AVC, câncer em fase terminal, especialmente quando a sala de estabilização esta cheia. "Essa dificuldade é maior porque o serviço de ultrassonografia é realizado na unidade Nestor Piva, é essa dificuldade de realizar a prestação desse serviço, devido aos problemas de deslocamento dos pacientes e da obediência aos horários daquela unidade", salienta.

Justificativas

Para o procurador da Fundação Hospitalar de Saúde, Max Amaral, o problema da

ESTA
RADO
DOI
RT



falta de leitos, críticos e não críticos, reside na quantidade insuficiente que a unidade possui. "O município está elaborando (em fase de estudo) a regulação de leitos em Aracaju, mas enquanto não houver este serviço, todos serão prejudicados", acredita. Ainda de acordo com o representante da FHS, a responsabilidade pelos leitos críticos é da fundação, mas os não críticos são de responsabilidade do município, que detêm a sua gestão plena.

Quanto aos problemas de transferências, Max Amaral faz ressalvas. "Não é possível transferir pacientes infartados para o Hospital São José. Esses casos só podem ser encaminhados ao Hospital Cirurgia e outros ao Huse. Não há estrutura física na unidade Fernando Franco para a instalação dos equipamentos de ultrassonografia, pois ela não comporta esse tipo de atendimento, já que está em processo de adequação para se tornar uma UPA", explica.

Max afirma ainda que hoje existem quatro Oxímetros em funcionamento na unidade e

mais dois para serem entregues no prazo de 15 dias. Além disso, o laboratório continua encontrando dificuldades para realizar de forma contínua os serviços que presta, havendo solução de continuidade em razão de débitos anteriores com fornecedores.

Já para o coordenador do Samu, Silas Lawley, afirma que o problema não é a chegada, mas sim a saída do paciente. "A FHS sugeriu a criação de fluxo de pacientes para o Huse, devendo ser criado com o Samu o protocolo específico de regulação Samu-Huse. O Samu se compromete a atender, caso não tenha vaga na UPA, a realizar o tratamento nas unidades Zona Sul e Zona Norte dos pacientes vítimas de infarto. Não havendo vaga na UPA, os profissionais do Zona Sul entrarão em contato com o Samu para realizar o tratamento de vítima de infarto com supra na unidade Zona Sul e Zona Norte", garantiu.

"OSamu priorizará também a remoção de pacientes com AVC, TCE e hemorragia diretamente para o Huse, devido à di-

ficiência de posterior remoção de tais pacientes para o hospital após estabilização na unidade Zona Sul. Quando isso não for possível o Samu se compromete a retirar o paciente após estabilização, e interceder pela obtenção da vaga no Huse", acrescentou Silas Lawley.

Dentro de 30 dias, o município de Aracaju deverá informar ao MP o avanço na melhoria da disponibilização de leitos de retaguarda para pacientes não críticos, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde. Neste mesmo prazo a prefeitura deve informar também como anda o processo de implantação da regulação de leitos no município, quando apresentará também o número de leitos à disposição do sistema de cada unidade especificamente, uma vez que a denúncia informa que existem apenas 16 leitos não críticos no Estado. A prefeitura de Aracaju terá que informar ainda, dentro do prazo de 10 dias, se ainda dispõe, e, em caso positivo, quantos são os leitos de UTI disponíveis no Hospital São José.